

26/julho/2022

À Jatobá Participações S.A.
À atenção dos Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 216TJ-010-PB

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} as demonstrações contábeis da Jatobá Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Marcio Romulo Pereira
Sócio



Jatobá Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Jatobá Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, da Jatobá Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jatobá Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Resultado reflexo de equivalência patrimonial

A controlada Arapar Participações S.A registrou na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica “Equivalência patrimonial” um ganho decorrente de ajuste de conversão de balanço, em investimentos em suas controladas, no montante de R\$ 22.587 mil. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, à sua apropriação deveria ocorrer no Patrimônio Líquido no grupo de “Outros resultados abrangentes”. Dessa forma, o resultado do exercício da Companhia está superavaliado no respectivo montante. A demonstração do resultado abrangente está apresentada incorretamente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.

Não apresentação de demonstrações consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 03, a Companhia optou em não apresentar o conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Caso a Companhia tivesse apresentado as demonstrações contábeis consolidadas, as demonstrações contábeis descritas no parágrafo “opinião com ressalva” podem ser afetadas de forma relevante mesmo que não houvesse alteração em seu Patrimônio Líquido na respectiva data-base. Não foi possível por procedimentos alternativos de auditoria mensurar os efeitos da não apresentação de demonstrações contábeis consolidadas pela Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2022.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

JATOBÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.469	3.425
Outros ativos		155	110
Total do ativo circulante		<u>3.624</u>	<u>3.535</u>
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	6	<u>410.492</u>	<u>377.499</u>
Total do ativo não circulante		410.492	377.499
TOTAL DO ATIVO		<u>414.116</u>	<u>381.034</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Outros passivos		<u>25</u>	<u>15</u>
Total do passivo circulante		<u>25</u>	<u>15</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	211.489	211.489
Reserva de capital		71.395	71.395
Reserva de lucros		<u>131.207</u>	<u>98.135</u>
Total do patrimônio líquido		414.091	381.019
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>414.116</u>	<u>381.034</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

JATOBÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial	6	32.993	74.643
Despesas gerais e administrativas	7	(48)	(121)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<hr/>	<hr/>
		32.945	74.522
Resultado financeiro	8	143	88
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<hr/>	<hr/>
		33.088	74.610
Imposto de renda e contribuição social	11	(16)	(3)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
		33.072	74.607
INCLUIR RESULTADO POR AÇÃO			

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

JATOBÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.072	74.607
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>33.072</u>	<u>74.607</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

JATOBÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva especial</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		211.489	71.395	3.064	20.464	-	306.412
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.607	74.607
Reserva legal	9	-	-	3.727	-	(3.730)	-
Reserva especial (§5 art. 202 Lei nº 6404/76)	9	-	-	-	70.880	(70.877)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>211.489</u>	<u>71.395</u>	<u>6.791</u>	<u>91.344</u>	<u>-</u>	<u>381.019</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.072	33.072
Reserva legal	9	-	-	1.654	-	(1.654)	-
Reserva especial (§5 art. 202 Lei nº 6404/76)	9	-	-	-	31.418	(31.418)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>211.489</u>	<u>71.395</u>	<u>8.445</u>	<u>122.762</u>	<u>-</u>	<u>414.091</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

JATOBÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		33.072	74.607
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Resultado equivalência patrimonial	6	(32.993)	(74.643)
Redução nos ativos operacionais:			
Outros ativos		(45)	156
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Outros passivos		10	(139)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>44</u>	<u>(19)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/(REDUÇÃO)		<u>44</u>	<u>(19)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial		3.425	3.444
Saldo final		3.469	3.425
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/(REDUÇÃO)		<u>44</u>	<u>(19)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

JATOBÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Jatobá Participações S.A. ("Companhia" ou "Jatobá") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 2 Sala 215 - parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, que tem por objeto social a participação como sócio ou acionista em companhias e sociedades cujo objeto social principal seja, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil por meio de 3 (três) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de reflorestamento em áreas agricultáveis; (c) aquisição de direitos ao corte de madeira; e (d) execução de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Jatobá possuía 100% de participação na empresa Arapar Participações S.A. que é uma sociedade anônima de capital fechado, e que tem por objeto social a participação como sócio ou acionista em companhias e sociedades cujo objeto social principal seja, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil por meio de 3 (três) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de reflorestamento em áreas agricultáveis; (c) aquisição de direitos ao corte de madeira; e (d) execução de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

A Companhia preparou essas demonstrações contábeis com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

2.5. Data de autorização das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 26 de julho de 2022.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

2.7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

a) Normas e interpretações novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- Alterações ao IFRS 9 (CPC 48), IAS 39 (CPC 38*), IFRS 7 (CPC40), IFRS 4 (CPC 11) e IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Reforma da Taxa de Juros de Referência (2ª fase).
- IFRS 17 (CPC50) - Contratos de Seguros.
(*) Revogado, a partir de 1º de janeiro de 2018, pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9).

A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores, por esse motivo as demonstrações contábeis não foram reapresentadas.

b) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não efetivas em 31 de dezembro de 2021:

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 3 (CPC 15) - Referência à Estrutura Conceitual.

- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido.
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato.
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: Alterações à IFRS 1 (CPC 37) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e IAS 41 (CPC 29) – Agricultura.
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.
- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

As alterações, quando efetivamente indicam atualizações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

A administração da Companhia não adotou antecipadamente estas alterações e espera que estas normas não tenham impactos relevantes em suas demonstrações contábeis em períodos futuros.

3. Base para consolidação

A Companhia optou por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas, em consonância aos critérios previstos pelo item 4 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, descritos abaixo:

- i) Os acionistas da Companhia não possuem objeção quanto à apresentação das demonstrações contábeis individuais apenas.
- ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia, não são negociadas publicamente.
- iii) A Companhia não arquiva nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador.
- iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento;

4. Principais políticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração da sua demonstração financeira são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e sua controlada não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Investimentos

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações societárias sobre controlada são reconhecidas nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos deste investimento são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controlada sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Não houve qualquer indicativo de redução identificado durante os exercícios de 2021 e 2020.

d) Demais ativos e passivos circulantes

São apresentados ao custo ou valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas do balanço.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados de acordo com os registros contábeis regulamentares, utilizando-se para a Companhia a metodologia do lucro real, onde os impostos são calculados como um percentual do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação tributária vigente aplicando-se uma taxa de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

f) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em suas respectivas ações.

g) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	8	-
Aplicações Financeiras	3.461	3.425
Total	3.469	3.425

As aplicações financeiras estão concentradas em CDB e são remuneradas entre 95% e 100% (entre 95% e 100% em 2020) do CDI e são todas realizadas em instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

Os equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, não apresentando quaisquer carências ou penalidades para o seu resgate antecipado.

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentou as seguintes movimentações e composições de seus investimentos:

a) Composição do investimento:

	31/12/2021				
	Participação no capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Arapar Participações S.A.	100%	410.492	32.993	410.492	32.993
Total				410.492	32.993

	31/12/2020				
	Participação no capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Arapar Participações S.A.	100%	377.499	74.643	377.499	74.643
Total				377.499	74.643

A Arapar Participações S.A. ("Companhia" ou "Arapar") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 2 Sala 215 - parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, que tem por objeto social a participação como sócio ou acionista em companhias e sociedades cujo objeto social também é de participação como sócio ou acionista em companhias e sociedades cujo objetivo social principal seja, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil, atividades agrícolas, pecuárias, florestais e agroindustriais, ou

ainda de atividades industriais, mercantis ou de prestação de serviços, por meio de 4 (quatro) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de reflorestamento em áreas agricultáveis; (c) aquisição de direitos ao corte de madeira; e (d) execução de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais.

Em 30 de abril de 2021, a controlada direta e indireta Vitex SP Participações S.A – antiga denominação Vitex Participações S.A., e Parkia SP Participações S.A. – antiga denominação Parkia Participações S.A., respectivamente, realizaram uma cisão parcial, a valor contábil, conforme Laudo de avaliador externo, na data base de 31 de março de 2021, com consequente criação de três estruturas-espelho das referidas entidades. Essa reorganização corporativa foi implementada de modo a criar estruturas operacionais independentes. O valor total do investimento cindido e da incorporação das parcelas cindidas pelas Novas Sociedades está demonstrado na Nota Explicativa 6.

Em 01 de fevereiro de 2021, a controlada direta e indireta Aimara Participações S.A – atual Macaúbapar Participações S.A - e Agripar Participações S.A – atual Horizonte Leste Participações S.A -, respectivamente, realizaram uma cisão parcial, com consequente criação de oito estruturas-espelho das referidas entidades. Essa reorganização corporativa foi implementada de modo a criar estruturas operacionais independentes. O valor total do investimento cindido e da incorporação das parcelas cindidas pelas Novas Sociedades está demonstrado na Nota Explicativa 6.

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia e o sócio o Brookfield Brazil Agriland Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Agriland FIP”), na qualidade de vendedores, celebraram o Termo de Fechamento e Primeiro Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações, datado de 13 de agosto de 2021, das investidas Embaúba Participações S.A., Macaubapar Participações S.A. (antiga denominação Aimara Participações S.A.), Angelim Participações S.A., Pingo Participações S.A., Ibipar Participações S.A., Caiapó Participações S.A., Muriti Participações S.A., Tamboril Participações S.A, Indaiá Participações S.A. e Buritipar Participações S.A., tendo como compradores a KPS Agropecuária Ltda, o Fundo de Investimento Imobiliário Riza Terrax, A Atafona Administradora de Bens Ltda e a CMBM Participações Ltda.

Em 18 de agosto de 2020, a Companhia e o sócio Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações Multimercado (“FIP”), receberam uma oferta vinculativa, segundo a qual a investida indireta da Jacaranda Participações S.A, esta investida da Ipê Participações S.A, Cabeceira Agroindustrial Ltda. (“Cabeceira”) seria vendida a um terceiro em uma única transação. O acordo vinculativo definitivo foi celebrado em 10 de fevereiro de 2021.

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e o sócio FIP, assinaram um contrato de compra de 100% das ações das investidas indiretas Brascan Empreendimentos Florestais Ltda (“BEF”) e Egir Comercial Ltda (“Egir”), com uma entidade terceira.

Como condições precedentes para que as transações acima fossem concretizadas, em 31 de dezembro de 2020, as investidas direta e indireta da Companhia realizaram uma cisão parcial, a valor contábil, na data base de 30 de novembro de 2020, de acordo com a legislação brasileira, dos investimentos relacionados à Cabeceira Agroindustrial Ltda. (“Cabeceira”), com consequente criação da Jacarandá

Participações S.A. (“Jacarandá”) e Ipê Participações S.A (“Ipê”), estruturas-espelho das Companhias, permanecendo, na Imbuia e Pinus, o investimento da BEF e Egir.

A efetiva conclusão dessas operações, em 31 de dezembro de 2020, dependia de certas condições precedentes previstas no contrato de compra e venda das cotas como, por exemplo, a autorização dos órgãos competentes.

Em 19 de março de 2021, foram concluídas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda das ações das controladas Imbuia, Pinus, BEF e Egir, da Companhia, de modo que as cotas da Companhia foram transferidas para o novo controlador S&D Florestal.

Em 03 de maio de 2021, foram concluídas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda das ações das controladas Ipê, Jacaranda e Cabeceira, da Companhia, de modo que as cotas da Companhia foram transferidas para o novo controlador Timber XX SPE S.A.

Em 03 de maio de 2021, a Companhia adquiriu 0,03% de participação na BBTF Participações S.A. conforme contrato de compra e venda de ações celebrado na data, com o Timber XX SPE S.A.

Em 05 de março de 2021, a Companhia vendeu a totalidade das ações que detinha da Manacá Participações S.A. ao Timber Timber XX SPE S.A, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado na data.

Em 05 de março de 2021, a Companhia adquiriu 70.099 ações representativas do capital social da Pitanga Participações S.A. detidas pela Manacá Participações S.A., conforme contrato de compra e venda de ações celebrado na data.

Em 31 de dezembro de 2021, a Arapar detinha as seguintes participações nas respectivas empresas investidas:

Investimento em coligadas e controladas	Participação Societária
Purus Participações S.A.	68%
BBTF Participações S.A.	0,03%
Vitex SP Participações S.A.	68%
Vitex BA Participações S.A.	68%
Vitex ES Participações S.A.	68%
Vitex MS Participações S.A.	68%
Itajubá Empreendimentos Florestais S.A.	51%
Pitanga Participações S.A.	100%

b) Movimentação do Investimento

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo do Investimento em 31.dez.2020	Equivalência Patrimonial	Ajustes reflexos	Saldo do Investimento em 31.dez.2021
Arapar Participações S.A.	377.499	32.993	-	410.492
Total Investimento em controladas	377.499	32.993	-	410.492

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo do Investimento em 31.dez.2019	Equivalência Patrimonial	Ajustes reflexos	Saldo do Investimento em 31.dez.2020
Arapar Participações S.A.	302.856	74.643	-	377.499
Total Investimento em controladas	302.856	74.643	-	377.499

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos estavam sujeitos à perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Não houve qualquer indicativo de redução identificado durante os exercícios de 2021 e 2020.

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as despesas classificadas como despesas gerais e administrativas são basicamente referentes a serviços de terceiros, seguro e tributos de exercícios anteriores, baixados por prescrição.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de terceiros	17	37
Seguro	31	33
Tributos	-	51
	<u>48</u>	<u>121</u>

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita financeira		
Receita de aplicação financeira	144	91
Atualização de juros	6	1
Despesas financeiras		
Outras despesas	<u>(7)</u>	<u>(4)</u>
Resultado financeiro	<u>143</u>	<u>88</u>

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$211.489, dividido em 106.427 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 105.062 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

9.2. Reserva de Capital

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Reserva de Capital é de R\$71.395.

9.3. Destinação do resultado do exercício

Reserva legal - o estatuto social determina que 5% do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$1.654 (R\$3.727 em 2020) para a reserva legal.

Reserva especial - de acordo com o §5º, do artigo 202 da lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §4º, serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Jatobá. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$31.418 (R\$70.880 em 2020) para a reserva especial.

Dividendo obrigatório - o lucro remanescente, após as deduções legais, será destinado em condições igualitárias entre ações ordinárias e preferenciais para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não provisionou dividendos mínimos obrigatórios.

No exercício, conforme art. 197 da 6.404/76, em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva especial.

A administração da Companhia foi informada pelos seus acionistas de que estes deliberarão na Assembleia Geral Ordinária pela retenção de todo o lucro do exercício, de forma que a proposta da administração e estas demonstrações contábeis não contemplam distribuição de dividendos, nos termos do art. 202, § 3º, II, da Lei 6.404/76.

RESULTADO POR AÇÃO

Resultado básico e diluído por ação

Conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo do resultado básico e diluído por ação consiste na razão entre o resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	33.072	74.607
Ações em circulação	<u>211.489</u>	<u>211.489</u>
Resultado básico e diluído por ação	<u><u>0,16</u></u>	<u><u>0,35</u></u>

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

b) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia suas necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julga adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, a seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes a caixa: os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos que aproximam aos saldos contábeis.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$16 (R\$3 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)	33.088	74.610
Equivalência patrimonial	(32.993)	(74.643)
Exclusões (adições) ao lucro real:		
Outras (adições) líquidas de exclusões	(48)	42
Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social	47	9
Alíquota nominal de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	16	3

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e a data de emissão e aprovação dessas demonstrações contábeis, a Companhia teve os seguintes eventos relevantes:

Alienação de investimento – Empresas Vitex

Em 27 de abril de 2022, foi celebrado um contrato vinculante pela Arapar para venda das investidas Vitex SP, Vitex MS, Vitex ES, Vitex BA e suas respectivas investidas Parkia SP, Parkia MS, Parkia ES, Parkia BA em uma única transação de venda a terceiros no valor integral de USD667 milhões, segregado em duas parcelas, sendo a primeira no momento do “closing”, no valor de USD330 milhões e a segunda após 12 meses do recebimento da primeira parcela. O valor de venda será ajustado pela variação do capital de giro a ser apurado em até 45 dias após a data de fechamento desta operação. Esta é uma transação não forçada, realizada entre partes independentes e visa atender a estratégia de desinvestimento do Grupo.

A transação de venda foi aprovada pelo CADE em 31 de maio de 2022, nos termos do Despacho SG nº 675/2022, sem quaisquer emendas ou ressalvas.

Em 22 de junho de 2022 foi concretizada a operação relativa à venda da Vitex SP Participações S.A., Vitex ES Participações S.A., Vitex MS Participações S.A. e Vitex BA Participações S.A. e suas respectivas investidas Parkia SP, Parkia MS, Parkia ES, Parkia BA. Concomitante à venda, ocorreu o evento de conversão das debêntures em ações das empresas Vitex em favor do devedor Investimentos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo" ou FIP), acarretando na diluição da Arapar. A parte da venda relacionada à Arapar foi de USD 65 milhões que representa 9,75% do valor integral vendido. Conforme condições acordadas no contrato, a Arapar recebeu em caixa, na data da venda, o valor de USD 32 milhões (R\$ 166.145), permanecendo um saldo a receber de USD 33 milhões com vencimento em 22 de junho de 2023, 12 meses após o recebimento da 1ª parcela.

* * *